



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 1/2020**

Reunião Ordinária de 13 de janeiro de 2020

## **1. ABERTURA**

Aos treze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas dezoito horas e quarenta e cinco minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

### **I - LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES**

### **II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

#### **1. Intervenções dos Membros do Executivo**

### **III - ORDEM DO DIA**

#### **A. Divisão de Administração Autárquica**

##### **1. Secção Administrativa**

1.1. Sport Castanheira de Pera e Benfica – Apoio financeiro para o ano de 2020

1.2. Sport Castanheira de Pera e Benfica – Pedido de cedência de transporte e de isenção do pagamento das respetivas taxas

1.3. União Recreativa Sapateirense – Licenças especiais de ruído

1.4. Instituto Politécnico de Lisboa (IPL) – Missão País 2020

1.5. Proposta de Protocolo a celebrar entre o Município e a MOBI.E, S.A.

##### **2. Secção Financeira**

2.1. Balancete

2.2. Pagamentos

2.3. Alteração às Grandes Opções do Plano de 2020

2.4. Alteração ao Orçamento de 2020

##### **3. Secção de Processamentos e de Gestão Contabilística das Águas**

3.1. APIN – Proposta de ratificação do tarifário 2020

##### **4. Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo**

4.1. Obra particular – Pedido de redução de taxas

##### **5. Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais**

5.1. Empreitada “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta)/Incêndios 2017”- Prorrogação do prazo de execução

5.2. Passadiços das Quelhas – Levantamento da suspensão da empreitada

5.3. Empreitada “Intervenções de estabilização de emergência pós incêndio/Incêndio de 2017 (Incêndio florestal de Pedrógão Grande) – Ratificação de despacho

### **IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 1/2020**

Reunião Ordinária de 13 de janeiro de 2020

**LEITURA E VOTAÇÃO DE ATA DE REUNIÃO ANTERIOR**

**2. LEITURA E VOTAÇÃO DE ATA DE REUNIÃO ANTERIOR**

A Sra. Presidente informou os Senhores Vereadores que não foi possível concluir as atas que se encontram em atraso, respetivamente a ata n.º 23/2019, de 28 de novembro, 24/2019, de 13 de dezembro, e 25/2019, de 30 de dezembro, dando conta que as mesmas iriam ser submetidas a votação na próxima reunião de Câmara.

Não se registando intervenções, a Sra. Presidente passou ao período de antes da ordem do dia.

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO**

Tomando a palavra, a Sra. Presidente prestou as seguintes informações:

- Através de carta datada de 03/01/2020, veio a RIBEIRAPERÁ, Sociedade para o Desenvolvimento de Castanheira de Pera, E.M., S.A. remeter o Plano de Atividades e Orçamento da sociedade, conforme aprovado em Assembleia Geral no dia 30 de dezembro.
- Através de e-mail de 08/01/2020, veio a Comissão Diretiva da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro – CENTRO 2020 notificar o Município da decisão de aprovação da alteração da operação n.º CENTRO-07-2316-FEDER-000140, respeitante à Regeneração de Edifícios e Construções Municipais (recuperar as infraestruturas básicas municipais afetadas pelos incêndios (incêndio junho 2017)), fixando o término da operação em 31/03/2020.
- Foi rececionada junto do Município uma notificação referente a um inquérito que corre termos no DIAP 1.ª Secção de Santa Maria da Feira sob o número 242/17.OT9VFR, em que é arguido Fausto Manuel Vale do Couto, Coronel de Engenharia e Comandante do Regimento de Engenharia n.º 3, sito em Espinho. O Ministério Público vem solicitar que o Município, no prazo de 20 dias, declare por escrito se deseja procedimento criminal contra o arguido por crime de burla e manifeste a sua posição sobre uma eventual suspensão provisória do processo, com o cumprimento das seguintes injunções: pagamento de valor indevidamente rececionado lesando vários municípios, entre os quais o Município de Castanheira de Pera com o montante de 9.636,25 €, bem como o pagamento de 1.000 € à Associação Pais 21 – Down Portugal. O processo foi encaminhado para o escritório de advogados que presta assessoria jurídica ao Município, aguardando-se a emissão de parecer.

Na sequência da última informação elencada, a Sra. Presidente deu conta que a notificação foi rececionada no passado dia 9 de janeiro tendo já sido remetida ao escritório que presta assessoria jurídica a este Município para emissão de parecer.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 1/2020**

Reunião Ordinária de 13 de janeiro de 2020

Interveio o Sr. Vereador António Antunes solicitando esclarecimentos acerca da referida notificação, tendo a Sra. Presidente indicado que a mesma se fundamentava na existência de valores cobrados indevidamente a vários Municípios, incluindo o de Castanheira de Pera.

Interveio a Dra. Bernardina Macedo para, em complemento, esclarecer que, embora ainda não tenha tido oportunidade de analisar convenientemente o documento, o mesmo se reporta a um inquérito aberto pelo Ministério Público em que o arguido, alegadamente, terá lesado vários Municípios, inclusive o de Castanheira de Pera, reportando-se, no que respeita a este município, ao acordo celebrado com a Engenharia Militar para a realização de certos trabalhos. Explicou ainda que esta informação veio à presente reunião, uma vez que foi concedido ao município o prazo de 20 dias para se pronunciar acerca da intenção de o Ministério Público suspender o respetivo processo, prazo esse que terminará antes da realização da próxima reunião de Câmara.

Novamente no uso da palavra, a Sra. Presidente, procedeu à leitura de processos enquadrados no âmbito do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação e que foram objeto de despacho.

Para os devidos efeitos, e na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 24 de novembro de 2017, delegando as competências previstas no n.º 1 e n.º 4 do artigo 5.º do RJUE na Presidente de Câmara, cumre-me informar:

- Proc.º 4055/2019 – Vendavall, Comércio, Lda. – Alteração/ampliação da fração A – Em 6 de janeiro de 2020 foi proferido o Despacho n.º 02/SPOPU/2020, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante, o qual determinou a aprovação do projeto de arquitetura e do pedido de licenciamento pelo período de 4 meses.
- Proc.º 1605/2019 – Rosa Maria da Costa – Demolição de Arrumos e Ampliação de Moradia – Em 7 de janeiro de 2020 foi proferido o Despacho n.º 03/SPOPU/2020, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante, o qual determinou a aprovação do projeto de arquitetura.

No uso da palavra, pretendeu o Sr. Vereador Gonçalo Lopes perceber se aquela primeira obra elencada seria a de construção da esplanada do “Meu Super”, cuja obra teria sido embargada pela existência de dúvidas quanto à legalidade da aludida construção.

Em resposta a Sra. Presidente anuiu, tendo acrescentado que o requerente apresenta o prazo de 4 meses para a realização daquela operação urbanística.

Novamente no uso da palavra, lembrou o Sr. Vereador Gonçalo Lopes que aquando da análise do caso, em sede de reunião de Câmara, teriam sido suscitadas algumas dúvidas relativamente ao uso e propriedade daquele espaço ou compropriedade do mesmo.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 1/2020**

Reunião Ordinária de 13 de janeiro de 2020

Em forma de esclarecimento, a Sra. Presidente procedeu à leitura de um excerto do parecer emitido pelo serviço de obras pronunciando-se em sentido favorável à aprovação do projeto de arquitetura e ao pedido de licenciamento, e onde se faz alusão aos parâmetros a cumprir no regime de edificabilidade aplicável para o comércio/serviços.

Seguidamente contrapôs o Sr. Vereador Gonçalo Lopes que a questão que foi suscitada seria se o espaço onde se previa implantar a esplanada era propriedade do condomínio ou se ao invés estaria integrado unicamente naquela fração, tendo a Sra. Presidente esclarecido que aquela área, bem como a localizada atrás do edifício pertenciam à fração A.

Prosseguindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes teceu um agradecimento aos presentes pela demonstração de disponibilidade para a alteração da data e horário da presente reunião. Ademais, aproveitou para endereçar a todos os membros do executivo, bem como ao público presente, votos de um ano excelente, proveitoso e cheio de realizações.

Em seguida, e na senda do que foi discutido em reunião anterior sobre a situação em que se encontra o nosso Centro de Saúde, frisou a disponibilidade dos Vereadores do PS coadjuvarem nesta luta de manutenção dos serviços, manifestando que— *“objetivamente, gostávamos de perceber, não se alguma coisa foi feita ou não, porque a Sra. Presidente já nos transmitiu aquilo que o Executivo entendeu fazer perante a falta sistemática de médicos no Centro de Saúde, porque tendo em conta naturalmente as especificidades da nossa população e deste tipo de territórios, é altamente injusto e penalizador e portanto, é urgente encarar este problema, se calhar, com outra pujança e ir, talvez, cremos nós, e estamos disponíveis para isso, já lá vamos, estamos disponíveis para coadjuvar nesta luta que tem de ser de todos, no sentido de uma vez por todas nós conseguirmos aqui arranjar uma solução que vá, de facto, ao encontro das legítimas aspirações dos Castanhirenses.”*

Seguidamente questionou se haveria alguma informação adicional àquela que foi prestada na última reunião, deixando sugestões de outras formas de atuação, acrescentando — *“que esta questão já tem barbas, infelizmente, já tem barbas e dá a ideia que o poder central vai adiando as soluções, vai empurrando com a barriga, e vai de facto amesquinhando estes territórios de uma forma que quase nos asfixia. Portanto é urgente que esta situação seja encarada com outra força, com outro enfase, e, portanto, nós queremos desde já manifestar a nossa total disponibilidade para, no que o executivo entender como formas de protesto e de reivindicação, subscrevermos as posições que entenderem adotar.”*

Acrescentou que se poderá aproveitar para apresentar esta incompreensível realidade ao Secretário de Estado para que, em conjunto, possa ser delineada uma estratégia ou possa ser exercida alguma pressão sobre quem pode ter uma influência positiva no rumo desta questão. — *“E mais, nós não nos podemos esquecer que temos neste momento um Secretário de Estado da Saúde que foi eleito pelo distrito de Leiria, e portanto tem aqui de alguma forma uma*



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 1/2020**

Reunião Ordinária de 13 de janeiro de 2020

*responsabilidade, mas tem uma proximidade que, de alguma forma, poderá ajudar a tentar aqui mitigar os efeitos desta situação. E estamos disponíveis para lhe fazer chegar, ainda que o Município tenha também os canais, porventura, mais privilegiados para fazer chegar essa insatisfação e enfim, tentarmos aqui agendar até uma reunião com o Sr. Secretário de Estado da Saúde, todos estamos absolutamente convictos que ele estará disponível para isso. Agora se Maomé não vai à montanha, a montanha tem que ir a Maomé e estas coisas são mesmo assim, há que pôr pés ao caminho e não estar aqui à espera de soluções de recurso que nos parecem que não vão, ainda, resolver os problemas, vão até de alguma forma exponenciá-los.”*

Continuando, apelou para que fossem aferidos os passos ou possibilidades de transição do Centro de Saúde para Unidade de Saúde Familiar, acrescentando que o PS já havia feito – *“uma abordagem em sede de campanha, e, portanto, ficámos aqui conhecedores de um pouco daquilo que é a realidade da prestação de cuidados de saúde neste concelho, e noutros semelhantes, e da abordagem que mantivemos na altura com a Coordenadora do Centro de Saúde, ficámos com a ideia que o caminho a percorrer seria no sentido da criação de uma Unidade de Saúde Familiar e, portanto, é preciso percebermos, mas de uma vez por todas, e não nos podemos contentar com meias respostas, temos que fazer perguntas objetivas e reivindicar com legitimidade de quem tem o direito constitucional do acesso à saúde. E portanto, é preciso perceber de que forma é que nós podemos trilhar caminho ou que podemos ajudar o nosso Centro de Saúde a percorrer o percurso de transição para uma unidade de saúde familiar, que nos parece ou nos pareceu, pela explicação que na altura nos foi feita, a melhor alternativa, porque seria aqui dotado de uma equipa multidisciplinar e que poderia, de facto, acrescentar valia àquilo que é a oferta de cuidados de saúde primários no nosso concelho.”*

Mais acrescentou que todos concordam que a situação em causa não é de todo aceitável, frisando que não pode continuar-se a aguardar resposta de patamares intermédios, manifestando a urgência de se endurecer a atuação. – *“Agora numa coisa estamos todos de acordo, não é aceitável nós continuarmos à espera aqui de patamares intermédios porque a resposta tarda em chegar e nós não podemos estar satisfeitos com esta situação. É preciso efetivamente endurecer o tom, nem lhe chamaria uma luta pois é mais que legítimo nós estarmos aqui. Acho que já não estamos em tempo de reivindicar direitos, portanto é preciso e nós estamos disponíveis para, naquilo que o executivo entender, encontrarmos aqui formas de rapidamente ultrapassar esta situação que não é, de todo, condizente com as nossas necessidades”.*

Continuando, referiu que houve uma série de assuntos, que pela exigência dos timings, se foram sobrepondo, todavia, ultrapassada essa fase, apelou a que, num quadro de diálogo político, fosse retomado o processo de construção do Regulamento Municipal de Incentivos aos Bombeiros Voluntários, questionando qual a forma que o executivo entende mais acertada, a criação de um grupo de trabalho, que os Vereadores do PS enviem uma proposta e depois a mesma seja melhorada, ou se preferem apresentar proposta para os Vereadores do PS se pronunciarem.





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 1/2020**

Reunião Ordinária de 13 de janeiro de 2020

Por fim, reiterou que já não consideram aceitável a demora na remessa dos documentos que têm vindo a solicitar em sede de reunião, na medida em que tal comporta uma consequente dificuldade de pronúncia acerca dos assuntos que são colocados.

Relativamente à remessa da documentação, a Dra. Bernardina indicou que já foi realizada uma atualização da lista de documentos que foram sendo requeridos pelos Srs. Vereadores e que se encontrava em curso o trabalho de reunir os documentos em questão, mas que, todavia, ainda não teve tempo de rever aqueles que já estavam coligidos.

Em seguida, interveio o Sr. Vereador António Antunes mencionando que no seguimento da limpeza e corte de madeira realizado, as valetas na estrada do Ameal se encontrariam obstruídas, encontrando-se o local em péssimas condições. Ainda relativamente àquele espaço, questionou os membros do executivo acerca dos planos, em termos de reflorestação, que seriam efetivados no Fontanário e no Parque de Merendas.

Ainda no uso da palavra, referenciou a existência de uma situação na Balsa, na rua onde se situa a casa do Sr. Fausto, em que houve lugar à pavimentação, mas por facto que desconhece, não se efetuou o melhoramento daquele espaço.

Em esclarecimento, o Sr. Vereador Nuno Tomás referiu que na semana passada existiu a rutura de um tubo naquele sítio, tendo sido necessária proceder à sua reparação.

Intervindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes deixou o reparo de que o facto de a calçada se encontrar por debaixo do betuminoso também não ajuda, anotando que o perfil daquele betuminoso é baixíssimo.

Ressalvou o Sr. Vereador Nuno Tomás que em muitas das pavimentações foi feita uma fresagem, no entanto naquela via não terá sido possível proceder à referida técnica.

De novo no uso da palavra, salientou o Sr. Vereador Gonçalo Lopes que se assume urgente intervir na estrada do Ameal, uma vez que para solucionar um problema foram criados uma série de outros, designadamente a proliferação de espécies infestantes, como a mimosa. Por isso mesmo, frisou, tem que se redefinir uma estratégia de combate efetivo.

Esclarecendo, a Sra. Presidente referiu que aqueles lotes foram vendidos pelo ICNF antes da passagem da intempérie, sendo que aquando dos danos provocados por esta, aquela entidade fez questão de se deslocar ao local e responsabilizar os compradores pela queda de árvores e danos provocados. Constatou que a forma como a madeira tem sido retirada, até em outros locais, tem provocado constrangimentos a diversos níveis.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 1/2020**

Reunião Ordinária de 13 de janeiro de 2020

Interveio o Sr. Vereador António Antunes indicando que as espécies infestantes, de uma forma geral, têm-se propagado pelo concelho, alertando que se não for atempadamente resolvido, ficará fora de controlo.

Sugeriu que houvesse lugar à sobreposição de outras espécies de plantação que impeça a propagação daquele tipo de vegetação. Ademais, referiu que se aqueles lotes pertenceriam ao ICNF teria que se lhe comunicar o facto para serem realizadas intervenções que se traduzam num melhoramento.

Nesta senda, referiu a Sra. Presidente que naquele espaço a primeira intervenção realizada foi por iniciativa própria do ICNF, que comportou o corte de umas árvores que se encontravam em perigo iminente de queda junto ao fontanário.

Relativamente ao Centro de Saúde, informou que não tem estado em contacto com instâncias intermédias, mas antes diretamente com ARS. Indicou que no momento o Centro de Saúde tem dois médicos, número definido em face dos índices de população considerados, e que o serviço era mantido pelo Dr. Luís e pela Dra. Alice.

Entretanto, em dezembro, a Dra. Alice meteu atestado, e o Dr. Luís, por se encontrar no gozo de férias, não teve disponibilidade para assegurar os serviços.

Face a estes últimos acontecimentos, a Sra. Presidente fez questão de expor, através de comunicação escrita, junto da ARS que a situação não poderia manter-se. Em resposta, aquela entidade disponibilizou uma médica do Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos para vir ao nosso Centro de Saúde prestar serviços mínimos.

Seguidamente, informou que será outorgado um contrato na próxima segunda-feira com uma médica que virá substituir a Dra. Alice, que por sua vez poderá prestar cuidados mais abrangentes nomeadamente saúde familiar, vindo também outra médica de Figueiró dos Vinhos ou de Alvaiázere dar apoio até ao final do mês

Entretanto, relatou que a ARS alargou o protocolo existente com a Fundação Nossa Senhora da Guia, no Avelar. Nesta sequência a Sra. Presidente comunicou à ARS que a solução disponibilizada não resolve o problema, desde logo pela inexistência de transporte de algumas pessoas para se deslocarem até outras unidades de saúde, pelo que manifestou junto daquela entidade que teria que assumir o transporte. - *“As pessoas não têm culpa de não haver médico no Centro de Saúde”*.

Concluiu que por agora a solução é manter-se a mesma equipa clínica acrescentando que brevemente voltará a Dra. Patrícia e que entretanto o Dr. Luís pediu mobilidade, sendo que o seu pedido só será deferido quando houver alguém alocado à sua substituição.

Por fim, indicou que a sugestão apresentada pelos Srs. Vereadores do PS já teria sido também realizada pelo Presidente da União de Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral que, no momento, se disponibilizou também para contactar o Sr. Secretário de Estado da Saúde.

No entanto, ressaltou a Sra. Presidente que, na inexistência de concurso público para o preenchimento das vagas, provavelmente não terá o Sr. Secretário



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 1/2020**

Reunião Ordinária de 13 de janeiro de 2020

de Estado meios para resolver a situação. Ainda assim, assume viável a tentativa de contacto, desde logo porque o problema se arrasta há vários anos. Manifestou que provisoriamente o problema se acha resolvido, mas não definitivamente, pelo que urge tomar diligências no sentido de evitar uma nova carência neste setor.

Interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes alegando que não se perderia nada em apresentar uma exposição factual da situação ao Sr. Secretário de Estado, indagando se já o teriam feito.

Novamente no uso da palavra, esclareceu a Sra. Presidente que teriam apresentado, via e-mail, uma exposição à ARS, tal como teriam informado na anterior reunião.

Ademais, manifestou opinião de que esta deveria ser uma ação concertada, e que reforçaria a posição já apresentada pela Câmara Municipal se houvesse lugar à apresentação de reclamação no livro próprio para o efeito nas instalações do Centro de Saúde.

Seguidamente questionou o Sr. Vereador António Antunes a data em que a médica começaria a prestar serviço no Centro de Saúde.

Em jeito de esclarecimento, referiu a Sra. Presidente que a médica viria na quinta-feira, mas que até lá estaria uma médica de Figueiró, durante as tardes, a assegurar o atendimento, sendo que tem a especialidade de medicina familiar.

De seguida, a Sra. Presidente indicou que o prazo para aceitação de sugestões ao Regulamento Municipal de Incentivos aos Bombeiros Voluntários já teria terminado no dia sete do presente mês, pelo que não via inconveniente que se agendasse uma reunião para trabalhar no documento em conjunto. Ademais, demonstrou disponibilidade para que a mesma ocorra ao final do dia, consoante a disponibilidade dos Srs. Vereadores do PS.

Deste modo, agendou-se para dia 20 de janeiro, pelas 17h30 uma reunião na qual será debatido e iniciada a elaboração do regulamento *supra* referido.

Por último, no uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes pretendeu realizar alguns reparos ao ocorrido em sede de reunião de Assembleia Municipal, referindo que a mesma era *“uma reunião estratégica, diria eu, era importantíssima, os documentos que estavam em análise e discussão, e era de facto importante obter esclarecimentos por parte do executivo, e a Sra. Presidente perdoar-nos-á, salvo melhor opinião, mas a Sra. Presidente conseguiu entrar e sair naquela reunião sem dar uma única resposta às perguntas que lhe foram feitas. Tirando a questão da saúde, que de facto elencou os passos que deu e os emails que mandou, fora disso, nomeadamente em sede de discussão do plano e orçamento para o próximo ano a Sra. Presidente pura e simplesmente ou não quis ou entendeu que não deveria responder a uma única questão.*

*E nós achamos que, até para dar alguma consequência àquilo que são as nossas intervenções aqui nas reuniões de Câmara, a Sra. Presidente no mínimo,*





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 1/2020**

Reunião Ordinária de 13 de janeiro de 2020

*em alguns casos podia até, se quisesse, fazer o mesmo que fez aqui, quer dizer, tentando explicar, mas é que nem isso em muitos casos. Não é aceitável do nosso ponto de vista, não é aceitável que tal suceda.”*

Seguidamente, e na senda do sucedido naquela reunião, apontou algumas considerações acerca daquele documento delineador das estratégias e planos para a área do Turismo apresentado pelo Sr. Vice-Presidente. – *“Designadamente no que diz respeito ao Turismo, e porque também aí ficámos um pouco baralhados com o enquadramento que ali lhe foi dado, nós fomos presenteados e surpreendidos com o envio à margem da agenda que o Sr. Presidente de Assembleia nos enviou, fomos surpreendidos com o envio daquele documento que o Sr. Vice-Presidente nos trouxe há uns tempos, sobre a estratégia ou o plano estratégico para o turismo, se lhe quisermos chamar assim. E, lembro-me perfeitamente que quando o Sr. Vice-Presidente trouxe aqui o assunto nós fomos os primeiros, e mantemos que, de facto, o documento estava bem feito, e que achávamos que era, foi mais ou menos esta a expressão que tínhamos utilizado à data: “que achávamos que era assim que as coisas deviam ser feitas, no sentido de objetivamente, dizer o que queremos, para onde queremos, quando custa, como é que queremos atingir determinados objetivos”. Com alguma surpresa, porque na altura percebemos ou ficámos com a ideia quando o documento nos foi aqui trazido a reunião de Câmara, ficámos de facto com a ideia que este documento tinha sido aqui trabalhado já por este executivo, e portanto, com o objetivo que nós enalteçemos e que mantemos essa posição, agora ficámos um bocadinho baralhados depois da última Assembleia. Porque afinal de contas, no que diz respeito à essência do documento, vamos lá ver, a autoria não é assim tanto deste executivo. E ficámos até a perceber que nem é tanto assim, é quase nada, isto é uma coisa que transitou de fevereiro de 2017. E, nós não podemos deixar de perguntar ao Sr. Vice-Presidente que veio aqui apresentar-nos um documento como seu, como deste executivo, afinal de contas é caso para dizer que o Sr. Vice-Presidente costuma tantas vezes insinuar que nós vimos para aqui com apontamentos, com documentos, com considerações que não são da nossa autoria, afinal no melhor pano cai a nódoa.”*

Por fim, acrescentou que consideram que houve *“uma tentativa de apropriação de um documento, de um trabalho que já vinha sendo desenvolvido detrás”*, manifestando opinião de que tal não configura uma conduta correta nem leal, sem prejuízo do objetivo que visava ser alcançado.

Para além disto, voltou a frisar a importância do setor do Turismo para o concelho e da posição que deverá ser adotada pelo Município no desenvolvimento deste vetor. – *“E aqui, de uma vez por todas, em jeito de crítica, mas ao mesmo tempo de repto, é crucial que a Câmara Municipal perceba que tem um papel vital neste setor, mas esse papel só atingirá verdadeiramente os seus objetivos se houver aqui uma estratégia de parceria, de coordenação e entrosamento com a empresa municipal, que de resto tem o objeto do tratamento desta matéria. E como? Simples. A Câmara porventura estará sempre em melhores condições de concorrer a fundos comunitários, porventura, não é líquido que assim seja. Mas na esmagadora maioria das vezes, a Câmara poderá dar o passo de agarrar a oportunidade e depois, naturalmente, em coordenação e parceria com a empresa,*



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 1/2020**

Reunião Ordinária de 13 de janeiro de 2020

*definirem qual é o rumo, qual é a estratégia que devem adotar em parceria. Agora, continuarmos aqui com estes caminhos paralelos, às vezes quase que se distanciam e bipolarizam, não é seguramente bom nem para a Câmara, nem para a Prazilândia, sobretudo para o concelho. Portanto, queríamos aqui deixar uma nota daquilo que foi também o nosso entendimento sobre essa parte da discussão do orçamento e apelar que, de uma vez por todas, se entendam e que vejam a valia de trabalhar em conjunto com a empresa, ao invés de andar aqui numa certa lógica concorrencial com a mesma.”*

No uso da palavra, a Sra. Presidente referiu que o Sr. Vereador Gonçalo Lopes tinha dito tudo quando apontou que um dos eixos para este território tem de ser o turismo e tudo o que se pretende fazer nesta área está incluído no orçamento.

Transmitiu que percebeu que se referia àquele estudo realizado pelo Professor Paulo Carvalho e pelo Luiz Alves. Nesta senda indicou que surgiu a possibilidade de trabalharem com aqueles representantes da Universidade de Coimbra, tendo ressalvado que aquilo que estaria a ser delineado com certeza não consubstanciaria os mesmos moldes em que fora apresentado.

Seguidamente e no tocante à empresa municipal, frisou que tal estaria a ser feito e que não se estaria a trilhar caminhos diversos entre a Câmara Municipal e a empresa Prazilândia.

Relativamente ao exposto pelo Sr. Vereador, referiu a Sra. Presidente que o projeto da Ribeira das Quelhas foi apresentado pela Câmara Municipal ao programa “Valorizar”. Como tal, esta surge como uma das oportunidades que, por exigências de circunstância, podem ser aproveitadas pela Câmara Municipal, com condições mais favoráveis.

Novamente no uso da palavra, reiterou o Sr. Vereador Gonçalo Lopes que pretenderam com aquela chamada de atenção frisar que naquele documento apresentado pelo Sr. Vice-Presidente somente se acrescentou o projeto dos Passadiços das Quelhas, em comparação com aquele estudo realizado pela Universidade de Coimbra. Ademais, indicou que não teria custado dizer que se basearam naquele estudo para a apresentação daquele plano de estratégias na área do Turismo.

Dito isto, solicitou a palavra o Sr. Vereador João Graça reiterando que não o disse porque tal constituiria uma mentira, uma vez que naquele documento apresentado o único ponto coincidente seria a reformulação e ampliação da rede de percursos pedestres. – *“Só não se pode dizer isso porque é mentira. E custa-me imenso às vezes discutir convosco, contigo ou com o António, quando vocês não estão de boa-fé, nesta situação não estão. Este documento que vos foi explicado e apresentado tem 10 pontos, o único ponto que nós encontrámos quando aqui chegámos e que tinha alguma coisa a ver com isto e que nós aqui apresentamos, foi a reformulação e ampliação da rede de percursos pedestres e a única coisa que foi conversada com o Professor Fernando Lopes e com o Dr. Paulo Carvalho e*



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 1/2020**

Reunião Ordinária de 13 de janeiro de 2020

*com o Dr. Luiz Alves, foi a criação dos tais percursos pedestres no Coentral e que não foram nem implementados nem pagos.*

*Nós quando entrámos foi-nos apresentado o anteprojeto, analisamos, concordamos com algumas coisas que lá estavam, retirámos outras, eles acabaram o projeto e nós pagamos-lhes dois percursos de BTT e de um percurso pedestre, mais nada. Não estava, nunca existiu Passadiços nenhuns das Quelhas, nem rede de percursos de natureza na Ribeira de Pera...”*

De seguida os Srs. Vereadores do PS questionaram relativamente ao projeto para o Santo António, tendo o Sr. Vereador João Graça explicado que a requalificação do Santo António da Neve constitui um projeto deste executivo que será executado com apoios financeiros externos ou com capitais próprios e que teve acesso a uma planta que lhe foi mostrada, pelos serviços camarários, dum projeto que já havia para o Santo António no qual, a seu ver, algumas coisas faziam sentido e que lhe foram acrescentadas outras por este executivo.

Para além disto, indicou que lhe teria sido mostrado um projeto menor já existente para aquele espaço, sendo que acrescentaram elementos que consideraram fundamentais para a requalificação do mesmo, designadamente o Miradouro, e outros elementos que melhorariam a envolvente do mesmo.

Ademais, garantiu que foi o mais franco com os presentes e que não considera correto estarem a deturpar o que foi aqui referido, concluindo que mesmo que tivessem partido de um documento já existente não existiria nenhum problema nisso.

No uso da palavra, referiu o Sr. Vereador António Antunes que no documento existem transcrições totais daqueles documentos apresentados pela Universidade de Coimbra, ao que o Sr. Vice-Presidente evidenciou que se trataria tão e somente da caracterização de aspetos inalteráveis, como são a fauna e a flora.

Ainda no uso da palavra, evidenciou o Sr. Vereador António Antunes que a questão que teria sido colocada seria mais ampla do que agora se debatia. Em primeiro lugar, considerou que não teria ficado “mal” ao Sr. Vice-Presidente ter feito referência àquele que foi o ponto de partida para a construção do plano estratégico. No entanto, ressaltou que o ponto central da intervenção do Sr. Vereador Gonçalo Lopes residia antes na temática do turismo e daquela que é ou deve ser a relação entre Câmara Municipal e empresa municipal Prazilândia. Ademais, salientou que o Plano de Atividades daquela empresa para 2020 não coincide com a estratégia apresentada pelo Município, havendo pontos repetidos e omissão de outros, nomeadamente o da gestão e exploração dos Passadiços das Quelhas.

Intervindo, referiu o Sr. Vereador João Graça que tal como já teria frisado noutras reuniões, a empresa municipal tem-se dedicado somente à exploração da Praia das Rocas e que, aqui chegados, urge passar para outro patamar.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 1/2020**

Reunião Ordinária de 13 de janeiro de 2020

Em seguida, questionou o Sr. Vereador Gonçalo Lopes se existiria *“alguma linha que tenha sido conversada com o Conselho de Administração”*, tendo o Sr. Vereador João Graça referido que obviamente foi conversada com o “representante da Câmara Municipal na Prazilândia”.

Sem mais assunto a acrescentar, a Sra. Presidente deu este ponto por encerrado e passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

**ORDEM DO DIA**

**4. SPORT CASTANHEIRA DE PERA E BENFICA – APOIO FINANCEIRO PARA O ANO DE 2020**

O Sport Castanheira de Pera e Benfica, através de carta datada de 23/10/2019, veio apresentar o Plano de Atividades e Orçamento provisório daquela instituição para o ano de 2020, nos termos e para efeitos do n.º 1 do artigo 5.º, capítulo II, do Regulamento Municipal para a Atribuição de Subsídios a Entidades e Organismos que Prossigam no Município fins de Interesse Público.

Em 02/01/2020, veio aquela entidade remeter e-mail a solicitar apoio financeiro, se possível reforçado, a aplicar durante o ano de 2020, de acordo com os pressupostos definidos nos documentos previsionais anteriormente entregues.

Considerando que a atividade física e o desporto contribuem para a promoção do bem-estar, da qualidade de vida e da saúde da população, inserindo-se este domínio nas atribuições e competências do município, conforme decorre do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando a inegável mais-valia que o Sport Castanheira de Pera e Benfica, Instituição de Utilidade Pública, representa no fomento da atividade desportiva local e na ocupação de tempos livres, nomeadamente, no seio da comunidade mais jovem;

Considerando, ainda, a cabimentação existente para a atribuição de apoio financeiro, constante da informação emitida pela respetiva secção financeira;

Propõe-se que, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere atribuir àquela entidade um subsídio no montante de 18.000,00 € (dezoito mil euros), para efeitos de apoio na realização de atividades constantes do respetivo Plano para o ano de 2020.

Atento ao disposto no Regulamento Municipal para a Atribuição de Subsídios a Entidades e Organismos que Prossigam no Município Fins de Interesse Público, propõe-se, ainda, que a atribuição deste apoio seja formalizada mediante a outorga de protocolo, a celebrar nos termos da minuta que se anexa à presente deliberação, dela fazendo parte integrante para todos os devidos efeitos.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**5. SPORT CASTANHEIRA DE PERA E BENFICA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS**



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 1/2020**

Reunião Ordinária de 13 de janeiro de 2020

Presente e-mail remetido pelo Sport Castanheira de Pera e Benfica, em 03/01/2020, a solicitar transporte para o dia 15/02/2020, no âmbito do Open Nacional “Cidade São João da Madeira”, organizado pela Federação Portuguesa de Damas, que decorrerá em São João da Madeira.

Considerando a inegável mais-valia que o Sport Castanheira de Pera e Benfica, Instituição de Utilidade Pública, representa no fomento da atividade desportiva local, nas suas várias vertentes, e na ocupação de tempos livres, nomeadamente, no seio da comunidade mais jovem;

Considerando a manifesta relevância da disponibilização à população concelhia da modalidade em causa atento, nomeadamente, aos reconhecidos benefícios que esta atividade recreativa confere aos seus praticantes ao nível do incremento da capacidade de concentração, do desenvolvimento da criatividade e da memória, contribuindo, ainda, para a formação do caráter dos mais jovens;

Propõe-se que, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em articulação com o determinado pela alínea c) do n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento Geral das Taxas do Município de Castanheira de Pera, e à semelhança do que tem sido habitual, a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido formulado, isentando o requerente do pagamento das taxas devidas.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**6. UNIÃO RECREATIVA SAPATEIRENSE – LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO**

Presente requerimento da União Recreativa Sapateirense, representada por Gualter Santos Fernandes, requerendo a emissão de licença especial de ruído para realização de música ao vivo, nos dias 4, 11, 18 e 25 de janeiro de 2020, entre as 22h.00 e as 04h.00, na sede da coletividade.

Considerando que a data dos primeiros eventos (04 e 11 de janeiro p.p.) não se coadunava com a presente reunião, impondo uma tomada de decisão em tempo útil, e que o processo se encontrava devidamente instruído, não existindo impedimentos que obstassem à sua apreciação, foi autorizada a emissão das licenças em causa, nos termos requeridos.

Propõe-se, assim, que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar a aludida autorização.

Mais se propõe que, ao abrigo do estipulado pelo n.º 1 do artigo 15.º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na sua última redação, a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido de licença especial de ruído para os próximos dias 18 e 25 de janeiro, nos termos solicitados.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**7. INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA (IPL) – MISSÃO PAÍS 2020**

Presente e-mail remetido pelo Instituto Politécnico de Lisboa (IPL), em 24/11/2019, informando que, no seguimento da Missão País 2020, cerca de 50





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 1/2020**

Reunião Ordinária de 13 de janeiro de 2020

jovens virão para Castanheira de Pera, na semana de 2 a 9 de fevereiro de 2020, período durante o qual pretendem contactar e desenvolver atividades com a comunidade castanheirense, e solicitando, nesse âmbito, algum apoio do Município para o efeito, nomeadamente, a cedência do anfiteatro, entre 3 e 8 de fevereiro, a fim de preparar a apresentar à comunidade uma peça de teatro.

Considerando a mais-valia do projeto, nomeadamente, no que concerne à vertente de dinamização sociocultural que lhe está subjacente, com todos os benefícios daí advenientes para a comunidade local, propõe-se que, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em articulação com o determinado pela alínea d) do n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento Geral das Taxas do Município de Castanheira de Pera, a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido formulado, na medida das suas competências e dos recursos existentes e disponíveis no Município, isentando o requerente do pagamento das taxas devidas.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**8. PROPOSTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO E A MOBI.E,S.A.**

Presente proposta de Protocolo a outorgar entre o Município e a Mobi.E, S.A. visando criar as condições necessárias para a dinamização da utilização de veículos eléctricos no Município com a instalação de um posto de carregamento normal para os referidos veículos.

Presente informação dos serviços municipais, contendo estimativa de custos com os carregamentos a suportar pelo Município até que seja efetivada a concessão pela Mobi.E a um Operador de Posto de Carregamento (OPC).

Considerando a manifesta mais-valia resultante para o Município da outorga do mencionado Protocolo;

Considerando o constante da Nota Justificativa do mesmo;

Considerando que o Protocolo tem subjacente a concretização do já deliberado pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 29/09/2017;

Considerando que, pese embora os custos previsíveis a suportar pelo Município na fase transitória, sobrelevam os benefícios, nomeadamente, no que concerne ao desenvolvimento económico-social e ambiental que advirão para o Concelho da colocação, desde já, em funcionamento do posto de carregamento;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere outorgar o indicado Protocolo nos precisos termos da minuta que se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais fazendo da mesma parte integrante.

Mais se propõe que a Câmara Municipal delibere requerer que a propriedade e a operação de todos os equipamentos da rede piloto localizados no território do Concelho seja transmitida para o Município no termo da vigência da concessão referida no considerando J deste Protocolo, conforme previsto no n.º 3 da Cláusula Terceira do mesmo.

Propõe-se ainda, que o Município delibere assegurar o funcionamento do posto de carregamento já instalado no Concelho, assumindo as obrigações inerentes a esta fase igualmente constantes do Protocolo em apreço, até à



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 1/2020**

Reunião Ordinária de 13 de janeiro de 2020

conclusão (e respetiva atribuição da exploração), do procedimento concursal já lançado pela Mobi.E para concessionar a exploração a um OPC.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**9. BALANCETE**

Foi presente o balancete referente ao dia 09 de janeiro de 2020, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era nesse dia de 1.456.633,42 € (um milhão quatrocentos e cinquenta e seis mil seiscentos e trinta e três euros e quarenta e dois cêntimos), sendo as operações orçamentais no valor de 1.366.692,37 € (um milhão trezentos e sessenta e seis mil seiscentos e noventa e dois euros e trinta e sete cêntimos) e as operações não orçamentais no valor de 89.941,05 € (oitenta e nove mil novecentos e quarenta e um euros e cinco cêntimos). Os movimentos de tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 1.466.569,83 € (um milhão quatrocentos e sessenta e seis mil quinhentos e sessenta e nove euros e oitenta e três cêntimos), valor que inclui o montante de 9.936,41 € (nove mil novecentos e trinta e seis euros e quarenta e um cêntimos) em documentos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

**10. PAGAMENTOS**

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 23/12/2019 e 30/12/2019, registados sob os números 1866 a 2014, no valor total de 609.802,75 € (seiscentos e nove mil oitocentos e dois euros e setenta e cinco cêntimos), respeitantes a despesas orçamentais, e os pagamentos autorizados e efetuados entre 01/01/2020 e 09/01/2020, registados sob os números 1 e 2, no valor total de 10.910,40 € (dez mil novecentos e dez euros e quarenta cêntimos), igualmente respeitantes a despesas orçamentais.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

**11. ALTERAÇÃO ÀS GRANDE OPÇÕES DO PLANO DE 2020**

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho proferido pela Presidente da Câmara em 02/01/2020, autorizando a 1.ª Modificação nas Atividades Mais Relevantes, no valor de 39.863,00 € (trinta e nove mil oitocentos e sessenta e três euros), por reforço, e no valor de 146.000,00€ (cento e quarenta e seis mil euros), por anulação.

**DISCUSSÃO:**

Nesta senda, esclareceu a Sra. Presidente que houve necessidade de proceder a algumas alterações, na medida em que existiriam valores que já estariam elencados nos compromissos e assumidos para 2020, mas que os mesmos, na transição, não teriam surgido naquele quadro. Ademais, informou que também existiria uma empreitada da “Floresta Bem Cuidada” no valor de 39.862,00€, que se presumiu que teria término e seria liquidada a 31 de dezembro. Como tal não sucedeu teve que transitar aquele valor para o ano de 2020.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 1/2020**

Reunião Ordinária de 13 de janeiro de 2020

Após algumas trocas de impressões acerca dos valores constantes naquele quadro, o Sr. Vereador António Antunes indagou relativamente aos danos provocados pela tempestade, tendo a Sra. Presidente informado que estaria a ser realizado um levantamento dos mesmos, não tendo, para já, um valor total a apresentar.

De seguida, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou a razão pela qual foram retirados 109 mil euros à rubrica das faixas de gestão, ao que a Sra. Presidente esclareceu que aquela era a única rubrica corrente que permitia retirar o valor, não havendo outra rubrica onde se pudesse retirar, em fevereiro será realizado um reforço no saldo da mesma.

Solicitou a palavra a Dra. Fernanda Carvalho alertando que possivelmente, à posteriori, poderão pedir aos Srs. Vereadores para assinarem novos quadros, uma vez que o sistema tem revelado alguns erros, designadamente na formatação dos quadros contabilísticos.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

## **12. ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2020**

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho proferido pela Presidente da Câmara em 02/01/2020, autorizando a 1.ª Modificação ao Orçamento, no valor de 125.363,00 € (cento e vinte e cinco mil trezentos e sessenta e três euros), por reforço e anulação.

**DISCUSSÃO:**

Foram solicitados pelo Sr. Vereador António Antunes alguns esclarecimentos acerca das rubricas designadas de “outros” e “outros trabalhos especializados”.

Em jeito de esclarecimento, a Sra. Presidente referiu que nos “outros trabalhos especializados” se inclui aquele valor do Fundo Ambiental e do valor de 16.500,00€ em demolições que também não transitaram apesar de o compromisso já estar assumido.

Para além disto, informou que os 1.000,00€ em publicidade eram relativos a duas faturas que não tinham sido liquidadas e em relação às quais o compromisso deveria ter transitado e tal não sucedeu.

Seguidamente, o Sr. Vereador António Antunes indagou acerca do montante de 13.000,00€ na rubrica destinada a Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 1/2020**

Reunião Ordinária de 13 de janeiro de 2020

Relativamente à questão suscitada, a Sra. Presidente indicou que já existiam compromissos assumidos e uma fatura por liquidar à CTGA, empresa que auxiliou na elaboração das candidaturas. Para além disto, evidenciou que a alteração também se devia à avença ao Escritório de Advogados que, por sua vez, também deveria ter transitado e tal não aconteceu.

No tocante à rubrica “outros”, esclareceu que o valor de 1.500,00€ é para fazer face a duas restituições de valores de água, e o restante se destinavam à liquidação de uma fatura à PT Pay bem como de refeições, tudo compromissos que não transitaram quando tal deveria ter acontecido.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**13. APIN – PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO DO TARIFÁRIO DE 2020**

Presente e-mail enviado pela APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., em 27/12/2019, remetendo para efeitos de ratificação pelo Município, na qualidade de Entidade Delegante, o tarifário da empresa atualizado para o ano de 2020.

Remete, igualmente, aquela empresa o Parecer da ERSAR sobre o tarifário proposto, bem como a “Fundamentação de decisão desconforme às recomendações da ERSAR”.

Em face dos documentos supra indicado e atendendo ao disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em articulação com o estipulado pela alínea b) do n.º 1 da cláusula 4.ª e pelo n.º 4 da cláusula 22.ª, ambas do Contrato de Gestão Delegada celebrado com a APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., em 02/10/2019, propõe-se que a Câmara Municipal delibere ratificar a atualização do tarifário da empresa para o ano de 2020, conforme cópia que se anexa e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.

**DISCUSSÃO:**

No uso da palavra, transmitiu o Sr. Vereador Gonçalo Lopes que, do ponto de vista dos Vereadores do PS, a proposta de tarifário se assume *“altamente penalizadora para os consumidores”*, para além de constituir um *“forte entrave à fixação de pessoas”*, *questionando* quais as medidas que serão adotadas pelo Município neste âmbito.

Seguidamente referiu *“o que nós gostaríamos de ter debatido antes de trazerem aqui esta proposta de ratificação, que decorre dos prazos, aliás já vem um pouco atrasada, mas o que deveríamos ter discutido antes e que na altura deixámos bem claro que seria o único ponto de partida para uma eventual aprovação desta medida, era formas de o Município tentar mitigar os efeitos diretos que as pessoas vão sentir por via dos aumentos que este tarifário vai impor. E lamentamos que tal não tenha acontecido.”* Assim, interrogou como ficarão as instituições existentes no concelho, tais como os Bombeiros Voluntários, o Sport ou a Santa Casa.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 1/2020**

Reunião Ordinária de 13 de janeiro de 2020

Tomando a palavra, a Sra. Presidente informou que a maioria das instituições será beneficiada, exemplificando que uma IPSS ficaria, ao abrigo deste tarifário, a pagar menos do que pagaria anteriormente.

Retomando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes indicou que se estaria a oferecer à empresa o comércio de água sem ter a mesma infraestruturado absolutamente nada, nem ela nem a Câmara Municipal como é o caso do norte do concelho. Questionando como se fica em relação a esta matéria, considerando que *“ficamos num vazio”*.

A Sra. Presidente argumentou que não *“ficamos num vazio”*, que teve o cuidado, depois de a situação ter sido levantada na Assembleia, de verificar essa situação e que se conclui que é exatamente a mesma que no resto do concelho, ou seja, as pessoas passam a pagar a água a outra entidade.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes constatou que será árduo explicar aos particulares o aumento das taxas sem que tenha havido qualquer investimento na infraestruturção do equipamento, tendo a Sra. Presidente respondido que esse investimento será feito.

Intervindo, o Sr. Vereador António Antunes questionou qual era o valor que a Câmara estava a pagar à empresa Águas Vale do Tejo tendo o Sr. Vereador Nuno Tomás respondido que essa água continuaria a ser paga, mas que não sabia dizer quanto.

Volvendo o Vereador António Antunes referiu que na reunião de Assembleia foi explicado que esse valor passaria a ser pago pela APIN às Águas do Vale do Tejo pelo que o *“sistema em alta, chamemos-lhe assim, de algumas zonas do nosso concelho, eram, não sei dizer se eram propriedade do Município, portanto o Município não pagava essa água, essa água era tratada e era colocada nos consumidores. Aquilo que foi aqui colocado é que essa água vai ser oferecida e no mesmo concelho vamos ter duas situações diferentes, vamos ter dois sistemas, um em que a empresa APIN vai pagar o sistema em alta às Águas do Vale do Tejo, e outro em que existe o mesmo sistema em alta, mas de origem diferente, porque não pode lá chegar ou em termos de custos energéticos se calhar são bastante elevados, em que a APIN vai usufruir dessa água, com tratamento, sendo essa água propriedade do Município, sem qualquer tipo de contrapartida e isso não é justo.”*

Nesta sequência, questionou o Sr. Vereador Nuno Tomás se a ideia do Vereador António Antunes seria que um munícipe pagasse no Coentral um valor e no restante concelho pagasse um outro valor.





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 1/2020**

Reunião Ordinária de 13 de janeiro de 2020

Esclareceu o Sr. Vereador António Antunes que considerava que aquela água que era captada fora daqueles locais de abastecimento das “Águas do Vale do Tejo” deveria ser cobradas pelo Município à APIN.

A este propósito o Sr. Vereador Nuno Tomás referiu que, provavelmente, a situação agora exposta teria acontecido, há uns anos atrás, quando houve a passagem para as “Águas do Centro” e por sua vez para as “Águas do Vale do Tejo”, pelo que também aquelas empresas venderam água que pertenceria às nossas captações.

A par disto, referiu que há situações particulares que terão de ser analisadas individualmente recordando que este processo teve início no mandato do anterior executivo e que aquela agregação, para além de ter sido uma imposição, seria inevitável. - *“Agora, isto foi-nos imposto, vocês têm consciência disso a não ser que queiram dar uma volta e virar isto doutra maneira, e até sabem que este processo, esta intenção de agregação, começou ainda no antigo executivo”,* tendo, de imediato, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes interrompido para dizer que isso *“nunca esteve em causa”*.

*Volvendo o Sr. Vereador Nuno Tomás argumentou que “é bom voltar atrás para perceberem e não estarmos aqui a especular e acho que, ou nós abraçamos todos o mesmo projeto ou então andamos aqui sempre a atirar pedras uns aos outros. Este processo foi-nos imposto, é inevitável, vamos ter que o fazer com estes preços agregados. Se avançássemos sozinhos, eventualmente, a tarifa seria muito superior, acho que também têm essa consciência! Que vai ser mau para os municípios que, com o IVA incluído, vão pagar mais, mas há coisas que nós temos de fazer e às vezes vocês dizem que se demora tempo, que se protela. Temos que o fazer e se calhar agora é a hora de o fazer.”*

Seguidamente, indicou que uma das ideias inerente à criação desta empresa é a homogeneização dos preços daquele serviço, pelo que também não lhe parece existir interesse em pagar mais ou menos que os outros 10 municípios integrados na empresa intermunicipal.

Para além disto frisou que *“é lógico que nós estamos a passar todas as infraestruturas e todo o processo para a empresa intermunicipal que é nossa, não vamos entregar isto a outra pessoa qualquer, vamos entregar a uma entidade que é nossa, temos lá voto, temos quotas, somos acionistas, pronto.”*

Por fim, informou que o Município já teria quatro projetos aprovados no valor de 4 milhões de euros, indicando que *“nós não tínhamos capacidade de fazer investimentos de 4 milhões, têm consciência disso. Portanto, esses investimentos, candidaturas que foram aprovadas vão ter que ir para o terreno, foram aprovadas, têm timings para ser executadas e vão ser executadas. É nisso que nós temos de pensar, melhorar a nossa rede de saneamento que está um caos como todos nós sabemos, fala-se nisso há não sei quantos anos, e são essas situações que nós temos de resolver e que se calhar de outra maneira não resolveríamos. Vamos ser acusados de aumentar a tarifa? Vamos, mas acho que temos de ter essa clareza e pronto, avançar, andar para a frente.”*



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 1/2020**

Reunião Ordinária de 13 de janeiro de 2020

Nesta senda, os Srs. Vereadores do PS concordaram com tudo o que acabara de dizer, tendo por fim referido o Sr. Vereador António Antunes que, todavia, faltava informação.

No uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes manifestou concordância com a inevitabilidade do processo, bem com o facto de a APIN poder constituir um acesso a investimento. Ademais, ressaltou que a adoção da presente medida possibilitará ao município a poupança de avultados montantes que a Câmara tinha como prejuízo na manutenção daqueles serviços nos moldes habituais. E que por isso mesmo, considerando que o Município deixa de ficar onerado daquele encargo, considerou que pudessem ser tomadas outras medidas para atenuar os custos que serão imputados aos consumidores.

Intervindo, a Sra. Presidente lembrou a previsão, naquele tarifário, da tarifa social que, de certa maneira, atenuará aquele efeito.

Retomando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes reiterou que, por consideração ao meio milhão de euros que o Município deixará de custear, deveria dedicar uma parte desse montante a medidas que pudessem mitigar os efeitos que advirão da aplicação daquela tabela proposta pela APIN, acrescentando *“Nós percebemos a inevitabilidade, percebemos que ninguém aprova uma coisa destas de bom grado. Ninguém no exercício do poder político aprova uma coisa assim... só porque sim. Agora, não podemos é deixar de considerar e perdoar-nos-ão ter esta leitura, nós achamos que uma parte do dinheiro que o Município poupa, ou deixa de gastar, deveria ser canalizada para mitigar os efeitos.”*

Seguidamente, o Sr. Vereador Nuno Tomás indicou que por essa razão será elaborado um Regulamento que possa acolher determinadas situações particulares. No entanto, partilhou que a utilização da verba para subsidiar o custo da água à população não se afigura, na sua opinião, uma boa opção, desde logo porque receia que tal possa ser usado como *“arma política ou eleitoral”*.

Por fim, constatou que nenhum outro Município propôs algo do género, e que existem outros concelhos, por exemplo o da Pampilhosa da Serra que vive uma realidade pior que a nossa, com aumentos muito superiores.

Tomando a palavra, o Sr. Vereador António Antunes referiu que desconhece o que será realizado pelos outros Municípios que compõem a empresa intermunicipal, tendo posteriormente ressaltado que as taxas de abrangência do concelho de Castanheira de Pera não se comparam, por exemplo às de Figueiró dos Vinhos, independentemente de as condições das instalações existentes carecerem urgentemente de intervenções e de se encontrarem obsoletas.

De seguida, enfatizou a necessidade de, dentro da uniformização do sistema, defender aquilo que é nosso, os nossos munícipes, as instituições, a própria instituição Câmara Municipal e o próprio município. Pelo que aquilo que motivou o voto contra foi o conjunto de argumentos expostos supra.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 1/2020**

Reunião Ordinária de 13 de janeiro de 2020

Interveio a Sra. Presidente exemplificando que o Município de Arganil, apesar de continuar “*debaixo da alçada da ERSAR*” foi obrigado a atualizar o tarifário da água, constatando-se que o mesmo se encontra muito idêntico ao proposto pela APIN.

No uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes indicou que os Vereadores do PS acompanham o raciocínio segundo o qual se o Município não se agregasse àquela entidade, provavelmente, seria forçado da mesma forma a incrementar os preços, sem o retorno do investimento, acrescentando, “*Já percebemos isso! Repare, veja se percebe o que estamos a dizer. Em paralelo, achamos que o Município deveria estar a trabalhar em medidas que pudessem mitigar, diminuir, aligeirar os efeitos diretos que são de aumentos dessa ordem, nalguns casos do triplo que, naturalmente, penalizam quem mais gasta e tem que haver aqui a ratio, nós percebemos isso tudo, mas do ponto de vista da carteira das pessoas, do bolso das pessoas, eu acho que a Câmara Municipal podia e deveria estar mais sensível nesta matéria.*”

Concluindo, a Sra. Presidente afirmou que o executivo está sensível quanto a essa matéria.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por maioria e em minuta com os votos contra dos Srs. Vereadores do PS.

Os Srs. Vereadores do PS informaram que a sua declaração de voto se encontra expressa no que referiram quanto ao assunto na presente discussão, pelo que para aí remetem.

**14. OBRA PARTICULAR – PEDIDO DE REDUÇÃO DE TAXAS**

Presente o requerimento n.º 5133/2019, de 27 de dezembro de 2019, apresentado por ROSA MARIA DA COSTA, solicitando a redução das taxas a cobrar no âmbito do processo de licenciamento que se encontra a decorrer na Câmara Municipal (Proc.º 1605/2019).

Presente parecer n.º 06/SPOPU/2020 emitida pelo Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo, datado de 7 de janeiro de 2020, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de redução de taxas a cobrar no âmbito do referido processo de licenciamento.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 1/2020**

Reunião Ordinária de 13 de janeiro de 2020

**15. EMPREITADA “REGENERAÇÃO DE EDIFÍCIOS E CONSTRUÇÕES MUNICIPAIS, EDIFICAÇÕES MUNICIPAIS (PAVILHÃO DA RETORTA)/ INCÊNDIOS 2017” – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

Presente e-mail remetido, em 09/01/2020, pela empresa TPB – Tecnologia em Pavimentos e Construção, S.A. solicitando a prorrogação do prazo da empreitada “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta)/Incêndios 2017” até ao dia 17/02/2020 devido às adversas condições meteorológicas que se verificaram durante os meses de novembro e dezembro e que condicionaram a execução dos trabalhos.

Presente Informação/Análise Técnica do Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais, datada de 09/01/2020, pronunciando-se em sentido favorável à pretensão da requerente.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere conceder ao empreiteiro uma prorrogação graciosa do prazo de execução da empreitada, fixando-se o prazo de conclusão da mesma o dia 17/02/2019, nos termos e com os fundamentos constantes da Informação/Análise Técnica supra indicada.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere aprovar o novo plano de trabalhos da empreitada, cuja cópia se anexa à presente deliberação, dando-se aqui por reproduzida para todos os efeitos legais.

**DISCUSSÃO:**

Interveio o Sr. Vereador António Antunes a propósito da existência de uma rubrica conjunta (02 240 2017/62), destinada à regeneração do Pavilhão da Retorta, Pavilhão Gimnodesportivo, Estaleiro Municipal e Escola do Troviscal. Realçou que à data de outubro se teria executado, segundo aquele quadro, o valor de 54.679,00€. Seguidamente, constatou que àquela data, e por análise dos documentos, já se teria procedido, para além dos pagamentos realizados quanto a intervenções no estaleiro, à execução do valor de 80.000,00€ relativamente a obras na Retorta.

Prosseguindo, alertou que no Auto n.º 2, de outubro, se encontrava uma verba alocada de 51.742,00€, pelo que considerou que algo não está correto nos valores apresentados.

Após alguma troca de impressões acerca dos valores executados, garantiu a Sra. Presidente que solicitaria a conta corrente para que na próxima reunião fossem analisados os valores liquidados.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

O Sr. Vereador João Graça pediu escusa por ser cônjuge da Técnica que subscreveu a Informação/análise Técnica sobre o assunto, o que foi aceite, por unanimidade, pelo que não participou da apresentação, discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala de reuniões.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 1/2020**

Reunião Ordinária de 13 de janeiro de 2020

**16. PASSADIÇOS DAS QUELHAS – LEVANTAMENTO DE SUSPENSÃO DA EMPREITADA**

Presente Auto de Levantamento da Suspensão dos trabalhos da empreitada “Passadiços das Quelhas”, datado de 06/01/2020, declarando que as condições que motivaram a suspensão dos trabalhos se encontram ultrapassadas.

Presente Informação/Análise Técnica do Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais, datada de 13/01/2020, comunicando que, na sequência do levantamento da suspensão dos trabalhos, o prazo final da empreitada se fixa em 29/02/2020.

Propõe-se que a Câmara Municipal, nos termos e com os fundamentos dos documentos supra indicados, delibere aceitar o levantamento da suspensão dos trabalhos da empreitada em causa, fixando como prazo de término da mesma o dia 29/02/2020.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

O Sr. Vereador João Graça pediu escusa por ser cônjuge da Técnica que subscreveu o Auto de Levantamento da Suspensão dos trabalhos, bem como a Informação/análise Técnica sobre o assunto, o que foi aceite, por unanimidade, pelo que não participou da apresentação, discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala de reuniões.

**17. EMPREITADA “INTERVENÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA PÓS INCÊNDIO/INCÊNDIO DE 2017 (INCÊNDIO FLORESTAL DE PEDRÓGÃO GRANDE)” – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**

Presente carta remetida pela empresa IAC Construção – Irmãos Almeida Cabral, solicitando a prorrogação graciosa do prazo para conclusão da empreitada “Intervenções de estabilização de emergência pós incêndio/Incêndio de 2017 (Incêndio florestal de Pedrógão Grande)” até ao dia 31/03/2020, devido às condições meteorológicas que se verificaram durante os meses de julho, agosto e setembro, com elevado risco de incêndio, e que condicionaram/impediram a execução dos trabalhos.

Presente Informação do Setor de Ambiente, datada de 30/10/2019, pronunciando-se em sentido favorável à pretensão da requerente.

Presente Despacho proferido em 04/11/2019, pela Presidente da Câmara Municipal, determinando o seguinte:

- Dar deferimento ao pedido de prorrogação da empreitada até ao dia 31/03/2020;

Não aplicar qualquer multa ao empreiteiro, atendendo aos motivos que fundamentam a prorrogação;

- Aprovar o novo plano de trabalhos, fixando como data de conclusão da empreitada, o dia 31/03/2020.

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o aludido despacho, cuja cópia se anexa à presente deliberação, dando-se aqui por reproduzida para todos os efeitos legais.

**DISCUSSÃO:**





**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 1/2020**

Reunião Ordinária de 13 de janeiro de 2020

Interveio o Sr. Vereador António Antunes expressando que lamentava que a presente deliberação somente viesse a reunião de Câmara passados três meses da elaboração dos documentos em questão.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

**DELIBERAÇÃO:**

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

**18 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Solicitou a palavra o munícipe Sr. José Bento, solicitando informações acerca do processo da toponímia no concelho.

O Sr. Vereador Nuno Tomás esclareceu que o processo em questão foi iniciado do zero. Adiantou que já se tinha realizado uma reunião da comissão encarregue do mesmo, tendo sido aprovadas uma série de aldeias, designadamente: Sarzedas, Balsa, Ervideira, Souto Fundeiro, Moredos e Pisões. No entanto, para a conclusão do processo falta a recolha de algumas autorizações de familiares, uma vez que algumas ruas terão nomes de particulares ou pessoas já falecidas, relativamente às quais é exigido esse requisito.

Concluiu que, assim que as referidas autorizações forem remetidas a esta Câmara, as propostas de toponímia virão a deliberação. Para além disto, informou que as restantes aldeias estão a ser trabalhadas e elencou o procedimento inerente à toponímia: levantamento do nome das ruas, parecer da Junta de Freguesia, aprovação pela Comissão e, por fim, submissão a deliberação camarária.

Acrescentou que está a ser realizada uma numeração métrica (número e metragem do início da rua até à casa), ressaltando que não poderá avançar uma data para o seu término, uma vez que se trata de um processo moroso.

Seguidamente interveio o Sr. Vereador António Antunes ressaltando que quando este executivo tomou posse, o primeiro documento aprovado foi o próprio regulamento do processo de toponímia, pelo que não se poderia afirmar que iniciaram o processo do zero.

Novamente no uso da palavra, o Sr. José Bento contestou o facto de não existir nenhum ecoponto no lugar de Vale Feitoso e de não ter sido limpa a linha de água existente naquele lugar.

Relativamente à questão da colocação de ecopontos, esclareceu o Sr. Vereador Nuno Tomás que aquela aldeia tem um índice de população baixo para que a ERSUC considere rentável a colocação do ecoponto, ademais a empresa nem sempre coloca aquelas infraestruturas onde é exigido pela Câmara. No entanto, dialogará com a empresa em questão para ver o que se pode fazer relativamente à questão colocada.



**Câmara Municipal de Castanheira de Pera**  
**ATA N.º 1/2020**

Reunião Ordinária de 13 de janeiro de 2020

No tocante à limpeza da ribeira no Vale Feitoso, a Sra. Presidente indicou que a limpeza das linhas de água teve lugar ao abrigo de uma candidatura ao Fundo Ambiental, conjuntamente com a APA, pelo que a escolha das áreas a necessitar de intervenção foi realizada por aquelas duas entidades.

No entanto, e considerando que realizaram outra candidatura para limpeza das linhas de água, desta vez em área não ardida, garantiu que assim que houvesse verba disponibilizada interviriam naquela linha também.

Novamente no uso da palavra, o Sr. José Bento partilhou a sua preocupação relativamente ao entupimento das manilhas no cruzamento das Fontes-Gestosa, tendo por fim questionado quando se previa colocar o saneamento básico na Balsa.

Tomando a palavra, o Sr. Vereador Nuno Tomás informou que já tinham apresentado candidaturas para alargar a abrangência naquela povoação, bem como no Carregal Cimeiro e que ambas foram rejeitadas, pelo que não poderia avançar para o efeito.

**19. ENCERRAMENTO**

Não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião pelas vinte e uma horas e cinco minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: \_\_\_\_\_

A Secretária: \_\_\_\_\_